



Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

PROPOSTA N.º 555/2015

Assunto: Decisão de contratar, sob condição de aprovação da assunção de compromisso plurianual pela Assembleia Municipal de Lisboa, da aquisição de serviços n.º 2/DMPO/DIVPS/DS/2015 – “Levantamento geográfico e cadastral da rede pública de saneamento da Cidade de Lisboa”, com recurso ao concurso público, com publicidade internacional, aprovação das peças procedimentais e nomeação do júri e delegação de competências instrutórias.

Pelouro: Obras Municipais

Considerando que:

É objetivo do Plano Geral de Drenagem de Lisboa (2016-2030) planear as principais intervenções estruturantes e ações complementares, no sentido de encontrar soluções que melhorem significativamente o funcionamento do sistema de saneamento de Lisboa, garantindo assim a segurança, saúde e conforto dos munícipes;

A rede pública de e drenagem tem cerca de 1500 kms de extensão, tendo sido construída em épocas distintas, com tecnologias de construção e materiais distintos, sendo que 68% da rede é anterior a 1960 e 21% anterior a 1920.

O cadastro da rede pública de drenagem da Cidade de Lisboa apresenta pouca fiabilidade devido à sua desatualização, não só em termos da sua definição da sua real geometria, localização e seções, como das características dos materiais e, principalmente, do seu estado de conservação no momento actual.

Como é referido no Relatório do Plano Geral de Drenagem de Lisboa (2016-2030), actualmente em discussão pública, se constata “que o cadastro da rede de drenagem é claramente insuficiente para avaliar o respectivo estado de funcionamento”.

No Plano Geral de Drenagem de Lisboa (2016-2030) é salientada a importância da atualização permanente do cadastro, quando ali se refere que “as ações previstas no plano não respeitam apenas intervenções físicas de construção, mas também intervenções de aquisição e aumento do conhecimento, incluindo levantamento de cadastro e inspeção CCTV, de capacitação e gestão de ativos e de



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

monitorização e aviso, para suporte à gestão avançada e a decisões de investimento baseadas no conhecimento”;

A gestão do sistema baseada no conhecimento exige a implementação de um conjunto de sistemas de monitorização que pressupõem um profundo conhecimento do sistema, em termos geométricos e de estado de conservação, consubstanciados em extensas bases de dados, que alimentem modelos matemáticos de previsão de fenómenos extremos e sejam visualizadas e geridas através de ferramentas SIG - Sistemas de Informação Geográfica.

Neste contexto, dada a escassez de informação, considera-se que, previamente à execução das obras aqui propostas, se deverá efetuar um investimento significativo no conhecimento do sistema existente, que deve incluir o levantamento de cadastro, inspeção CCTV de coletores e monitorização do funcionamento do sistema actual”, de forma a suprir as insuficiências de conhecimento da geometria e localização do sistema, como também o estado de conservação do mesmo e as patologias mais relevantes.

Em linha com os objectivos que constam do citado Plano Geral de Drenagem de Lisboa (2016-2030), pretende-se candidatar a presente aquisição a financiamento no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) – Portugal 2020, que se destina a financiar o cadastro das infraestruturas existentes dos sistemas em baixa de saneamento de águas residuais, garantindo, assim, que a informação obtida permita uma gestão mais eficiente;

Este programa pode vir a comparticipar até 85% dos valores dos projectos apresentados e considerados elegíveis, existindo a previsão de uma acção de levantamento de cadastro e inspecção da rede de saneamento, com um valor estimado da ordem de 14.000.000,00€, prevendo que 7.000.000,00€ sejam despendidos nos primeiros 5 anos e os restantes 7.000.000,00€ nos 10 anos seguintes, pelo que haverá vantagens óbvias para o Município de Lisboa conseguir financiamento através do PO SEUR para a presente aquisição;

Com o objectivo de ir ao encontro do preconizado no aludido Plano, foi preparada a aquisição de serviços n.º 2/DMPO/DIVPS/DS/2015 – “Levantamento geográfico e cadastral da rede pública de saneamento da Cidade de Lisboa”, com o preço base 3.473.370,00€, que acrescido de IVA totaliza 4.272.245,10€ e com o prazo de execução de 36 meses;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

Face ao preço base do procedimento, este deve ser tramitado com recurso ao concurso público, com publicidade internacional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, do artigo 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP) e de acordo com o Regulamento n.º 1336/2013 da Comissão Europeia, de 13 de dezembro;

Nos termos do disposto da alínea b) do n.º 1 do artigo 40.º do CCP, fazem parte das peças de formação deste contrato, o programa de procedimento e o caderno de encargos;

As peças do procedimento anteriormente referidas deverão ser aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, tal como exigido no n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos;

Nos termos do disposto no artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, é necessário proceder à designação do Júri do Procedimento, a qual compete também à entidade competente para decisão de contratar;

Face ao prazo de execução da aquisição de serviços de 36 meses e à tramitação do procedimento, torna-se necessário proceder à repartição de encargos para os anos financeiros de 2015, 2016, 2017 e 2018, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa legal em vigor;

Para cumprimento do disposto nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a assunção do compromisso plurianual, aqui proposta, carece de ser aprovada pela Assembleia Municipal, uma vez que não se encontra a coberto do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta nº 740/2014, aprovada em reunião de Câmara, de 10 e 11 de dezembro de 2014 e em Assembleia Municipal, na reunião de 16 de dezembro de 2014;

O enquadramento orçamental foi feito nos seguintes códigos: Ação do Plano: Plano Geral de Drenagem de Lisboa (a criar) - Orgânica: 09.01 - Económica: 07.01.04.01.09;\

Por último, a Câmara Municipal é o órgão competente para todas estas decisões, nos termos alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, aplicável aos procedimentos de formação de contratos públicos, por força da norma contida na alínea f) do nº 1 do artigo 14º do diploma preambular que aprovou o Código dos Contratos Públicos e, ainda, da alínea f) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, cumprindo-se, ainda e deste modo, o exigido na Portaria nº 149/2015, de 26



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

de maio, com excepção da competência relativa à aprovação da assunção do compromisso plurianual, a qual, como atrás se refere e fundamenta, carece de ser aprovada pela Assembleia Municipal.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar, sob condição de aprovação da assunção do compromisso plurianual pela Assembleia Municipal, a decisão de contratar da aquisição de serviços n.º 2/DMPO/DIVPS/DS/2015 – “Levantamento geográfico e cadastral da rede pública de saneamento da Cidade de Lisboa”, com o preço base 3.473.370,00€, que acrescido de IVA totaliza 4.272.245,10€ e com o prazo de execução de 36 meses, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos.
2. Aprovar, nos termos do artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, a escolha do tipo de procedimento, recorrendo-se ao concurso público com publicidade internacional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, do artigo 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP) e de acordo com o Regulamento n.º 1336/2013 da Comissão Europeia, de 13 de dezembro.
3. Aprovar, nos termos do n.º 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos, as peças do procedimento, formado pelo Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e respetivos anexos.
4. Designar, nos termos do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, os elementos que integrarão o Júri do Procedimento, sendo este constituído do seguinte modo:
Membros efectivos:
Dr. João Miguel Carmo (DMPO/DIVPS/DS) - Presidente
Eng.ª Ana Maria Freitas (DMPO/DIVPS) – 1.º vogal
Dra. Paula Cristina Nobre Leitão (DMF/CCM) – 2.º vogal
Membros suplentes:
Eng.º Carlos Nunes (DMPO/DIVPS/DS); Dr. António Henriques (DMPO/DIVPS/DS)
Dra. Fátima Fernandes Barreto (DMF/CCM); Dra. Ana Isabel Sá Pereira (DMF/CCM)
5. Delegar, nos termos do artigo 69.º, n.º 2, do CCP, no Júri do Procedimento as competências seguintes:
 - i) Prestar esclarecimentos (artigo 50.º do CCP);
 - ii) Proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento (artigo 50.º do CCP);



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

- iii) Pronunciar-se sobre os erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados e suspender o prazo fixado para a apresentação das propostas (artigo 61.º do CCP);
 - iv) Prorrogar o prazo fixado para a apresentação das propostas (artigos. 64.º, 66.º, n.º 5, e 133.º, n.º 6, todos do CCP);
 - v) Notificar os interessados da resposta a eventuais pedidos de inspeção ou visita a locais ou equipamentos;
 - vi) Classificação e desclassificação de documentos da proposta (artigo 66.º do CCP);
 - vii) (Quando aplicável) Notificação do convite para participação de leilão eletrónico (artigo 142.º do CCP);
 - viii) Notificar os interessados das decisões da entidade adjudicante que apreciem questões que decorram no procedimento, anteriores ao relatório final (artigo 467.º do CCP).
6. Submeter à Assembleia Municipal a aprovação da assunção do compromisso plurianual relativa à aquisição de serviços com repartição de encargos, conforme os valores que abaixo se indicam:
- 2015 – 0,00€
- 2016 - 1.424.081,70€ (IVA incluído)
- 2017 - 1.424.081,70€ (IVA incluído)
- 2018 - 1.424.081,70€ (IVA incluído)

Lisboa, 18 de setembro de 2015.

O Vereador

Manuel Salgado



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

01/2015
DMPO/555/15
2015

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

**«AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS N.º
2/DMPO/DIVPS/DS/2015 - LEVANTAMENTO
GEOGRÁFICO E CADASTRAL DA REDE
PÚBLICA DE SANEAMENTO DA CIDADE DE
LISBOA»**

Processo n.º/DA/CCM/2015



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

ÍNDICE GERAL

I

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ANEXOS DO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

- I - MINUTA DA PROPOSTA**
- II - MINUTA DA DECLARAÇÃO**
- III - LISTA PREÇOS - EXCEL**
- IV - MINUTA DA DECLARAÇÃO**
- IV - MINUTA DA GARANTIA BANCÁRIA**
- V - MINUTA DO SEGURO - CAUÇÃO**
- VI - MINUTA GUIA DEPÓSITO**

II

CADERNO DE ENCARGOS

ANEXOS DO CADERNO DE ENCARGOS

- I - MAPA DE QUANTIDADES DE SERVIÇOS**
- II - PAINEL**
- III - MODELOS DE FICHAS IDE DE CÂMARAS DE VISITA E COLETORES**
- IV - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA**



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º

Objecto

1 - O presente concurso público com publicidade internacional tem por objeto a «AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS N.º 2/DMPO/DIVPS/DS/2015 - LEVANTAMENTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL DA REDE PÚBLICA DE SANEAMENTO DA CIDADE DE LISBOA».

2 - O presente procedimento é lançado na modalidade de Concurso Público nos termos no disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho.

2 - Os serviços a realizar encontram-se definidos quanto à sua espécie e condições técnicas de execução no Caderno de Encargos.

3 - O presente concurso público com publicidade internacional processa-se, integralmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública «Acingov», com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt>.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Lisboa, através da Direção Municipal de Projectos e Obras, Departamento de Infraestruturas, Via Pública e Saneamento, Divisão de Saneamento, sita na Rua Projetada à Calçada da Quintinha, Lotes B1 a B8 CV, 1070-000 Lisboa (telefone n.º 351 21 817 16 00 telefax n.º 351 21 817 12 96), com o endereço de correio eletrónico dmpo.divps.ds@cm-lisboa.pt, sendo o procedimento realizado através da Direção Municipal de Finanças, Departamento de Aprovisionamentos, Central de Compras Municipal, sita no Edifício Central do Município, Campo Grande, n.º 25, 9.º Piso, Bloco A, 1749-099, com o endereço de correio eletrónico, dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pela Câmara Municipal de Lisboa, através da Proposta n.º __, aprovada em reunião de [Dia] de [Mês] de 2015, e autorizada a



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

repartição de encargos pela Assembleia Municipal de Lisboa na reunião de de de 201...., nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, na alínea f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.ª da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, do n.º 1 do artigo 36.º e 38.º do CCP.

Artigo 4.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

- 1 - O presente Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos e seus Anexos poderão ser consultados na Central de Compras Municipal do Departamento de Aprovisionamentos, sito no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25, 9.º Piso, Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico: dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas, nos termos do artigo 133.º, n.º 1, do CCP.
- 2 - O Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos e seus anexos encontram-se patentes na plataforma eletrónica «Acingov», desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação de propostas.
- 3 - O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento.
- 4 - Para ter acesso à plataforma «Acingov», o concorrente deverá efetuar o registo no endereço eletrónico «Acingov», preenchendo aí o formulário da pré-adesão.
- 5 - As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário deverão ser esclarecidas através do endereço: apoio@acingov.pt.
- 6 - Os potenciais interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeito de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após efetuar o registo na plataforma, nos termos do n.º 3, deste artigo.

Artigo 5.º

Esclarecimentos sobre as peças do procedimento

- 1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, são da competência do Júri do Procedimento nomeado para efeitos deste concurso.
- 2 - Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento ao Júri do procedimento através da plataforma eletrónica “Acingov” dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

3 - Os esclarecimentos a que se refere o número 1 são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados de tal facto e juntos pelo Júri às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

4 - O órgão competente para a decisão de contratar poderá, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, e efetuar quaisquer esclarecimentos, nos termos e no prazo previstos no n.º 3 do presente artigo.

5 - A prestação de esclarecimentos ou a retificação das peças do procedimento para além do prazo referido no n.º 3 deste artigo determinará, a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas.

6 - Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º
Erros e omissões do caderno de encargos

1 - São erros e omissões do Caderno de Encargos:

- a) Os que digam respeito a:
 - i. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - ii. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - iii. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;

2 - Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica “AcinGov”, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do Caderno de Encargos detetados, com exceção daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

3 – A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 5 desta disposição ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

4 – A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

5 — Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas ou, no caso previsto no n.º 4 desta disposição, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando -se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

6 — O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

7 — As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.ºs 4 a 6 desta disposição, são publicitadas em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.

Artigo 7.º
Concorrentes

1 - É concorrente a entidade, pessoa singular ou colectiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.

2 - Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou colectivas, qualquer que seja a actividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as empresas do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da actividade.

3 - Os membros de um agrupamento concorrente não podem concorrer no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

4 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

5 - Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em qualquer das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 8.º
Proposta e seus elementos



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

- 1 - A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2 - Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e demais documentação anexa.
- 3 - A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes legais;
- 4 - No caso de agrupamento, a proposta deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, ou não existindo representante comum, por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 9.º
Modo de apresentação da Proposta

- 1 - Os documentos que constituem as propostas são apresentados através da plataforma eletrónica «AcinGov», até ao termo do prazo fixado no presente programa.
- 2 - A proposta de preço deve ser elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I ao Programa do Procedimento (Minuta da Proposta)**.
- 3 - O somatório do total dos preços unitários de cada serviço constante da lista dos preços unitários, tem de ser inferior ao preço máximo definido nos termos da cláusula 1ª do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão da proposta, por inaceitabilidade da mesma.
- 4 - A proposta deve ser redigida em língua portuguesa.
- 5 - No caso de agrupamentos de concorrentes, as propostas devem ser assinadas eletronicamente pelo representante comum, nos termos do n.º 5 do artigo 10.º do presente Programa de Procedimento.
- 6 - As propostas, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletrónica «Acingov» devem ser assinadas eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, que permitam atestar os poderes de representação, nos termos da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de Julho e do Decreto-Lei n.º 143-A/2008 de 25 de Julho.
- 7 - Quando algum documento destinado a instruir a proposta do concorrente se encontre disponível na internet, pode o concorrente, em substituição da sua anexação à proposta, indicar à entidade o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que sejam referidos o sítio e o documento dele constantes e que esteja redigido em língua portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

8 - No caso de entidades que devam utilizar assinaturas eletrónicas emitidas por entidades certificadoras integradas no Sistema de Certificação Eletrónica do Estado, o nível de segurança é o que consta do Decreto-lei n.º 116-A/2006, de 16 de junho.

9 - Para efeitos da assinatura eletrónica, as entidades referidas no número anterior devem utilizar certificados digitais emitidos por uma entidade certificadora do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado.

10 - Nos casos em que um certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 27.º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho, a saber, a certidão do registo comercial válida ou, em alternativa, o código de acesso à certidão permanente que corresponde à entrega da mesma, e outros documentos quando necessário.

11 - Em caso de dúvida fundamentada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta apresentada na plataforma eletrónica de contratação pública «Acingov», pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos apresentados.

12 - O preço da proposta é expresso em euros, por extenso e algarismos, e não inclui o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.

13 - Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 10.º
Documentos que constituem as propostas

1 - As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Proposta redigida em conformidade com o **Anexo I ao presente Programa de Procedimento – Minuta da proposta;**
- b) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos e constante do **Anexo II ao presente Programa de Procedimento (Minuta da Declaração)**, do qual faz parte integrante.
- c) Lista dos preços unitários, parciais e total, constante do **Anexo III ao Programa de Procedimento** e disponibilizada na plataforma em formato Excel para



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

preenchimento integral, sendo os arredondamentos do Excel aceites apenas até segunda casa decimal, ignorando-se as restantes casas decimais;

- d) Plano de equipamento com indicação das quantidades e descrição técnica detalhada dos equipamentos a afetar à prestação de serviços.
- e) Memória justificativa e descritiva do modo de execução dos serviços.
- f) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo.

2 - A plataforma eletrónica disponibiliza aos concorrentes um formulário específico para preenchimento, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho, o qual constitui a base da informação a enviar posteriormente ao portal único dos contratos públicos.

3 - O não preenchimento do formulário referido no número anterior é causa de exclusão da proposta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho.

4 - A declaração referida na alínea b) do n.º 1 do presente artigo deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

5 - Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida no ponto anterior deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

6 - Os documentos que integram a proposta não podem ser redigidos em língua estrangeira.

7 - Não são permitidas propostas relativas a parte da prestação de serviços.

Artigo 11.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes, ou propostas que alterem as cláusulas do presente procedimento.

Artigo 12.º

Prazo para a apresentação das propostas

1 - Os documentos que constituem a proposta deve ser apresentados diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica «Acingov», até às 19.00 horas do dia ... de ... de 2015.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

2 - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

3 - A data limite fixada pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.

4 - A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficia todos os interessados.

5 - As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.

Artigo 13.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de **180 (cento e oitenta)** dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

Artigo 14.º

Abertura de propostas

1 - O júri, às 10 horas do dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica «Acingov» utilizada pela entidade adjudicante.

2 - Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.

3 - O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

4 - Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2.

Artigo 15.º

Análise das propostas e relatório preliminar



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

1 - O Júri do Procedimento após análise das propostas e aplicação do critério de adjudicação, previsto no artigo 19.º do presente programa, propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas cuja análise revele:

- a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
- c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
- d) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- e) Que não cumpram o disposto nos n.ºs. 4 e 5 do artigo 57.º ou nos n.ºs. 1 e 2 do artigo 58.º do CCP;
- f) Que sejam apresentadas como variantes;
- g) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
- h) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
- i) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- j) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do CCP, desde que o programa de procedimento assim o preveja expressamente;
- k) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
- l) Que não sejam acompanhadas do Formulário Principal a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho, devidamente preenchido no campo específico da plataforma «Acingov», nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho.

2 - Após a análise das propostas, e a aplicação do critério de adjudicação constante do programa do concurso, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.

3 - Do relatório preliminar, se solicitados pelo Júri, constará referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

Artigo 16.º

Esclarecimentos sobre as propostas

1 - O Júri do Procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

2 - Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

3 - Os esclarecimentos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica «Acingov» devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 17.º
Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica «Acingov» para que num prazo de **5 (cinco)** dias úteis se pronunciem sobre o mesmo.

Artigo 18.º
Relatório final

1 - Efetuada a audiência prévia o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

2 - No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

3 - O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

4 - Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação ou para efeitos de seleção das propostas.

Artigo 19.º
Critério de adjudicação

1 - A adjudicação será feita segundo o critério do mais baixo preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - Em caso de igualdade pontual, o desempate é feito da seguinte forma e ordem:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

- a) Proposta com o valor mais baixo no capítulo 01.02 da lista de preços – “Inspeção, levantamento e caracterização de câmaras de visita incluindo ligações de colectores e ramais”;
- b) Proposta com o valor mais baixo no capítulo 02.01 da lista de preços – “Levantamento topográfico de sarjetas e sumidouros, incluindo georreferenciação e altimetria”;
- c) O dia da apresentação da proposta;
- d) A hora da apresentação da proposta.

Artigo 20.º

Preço anormalmente baixo

A partir de 50% ou mais inferior ao valor constante na cláusula 1.ª do Caderno de Encargos o preço total resultante de uma proposta é considerado anormalmente baixo, para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 21.º

Notificação da decisão de adjudicação

1 - A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.

2 - A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.

3 - Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP.
- b) Prestar caução, se esta for devida, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, indicando expressamente o seu valor;
- c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

4 - As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 22.º

Documentos de habilitação

1 - O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos redigidos em língua portuguesa:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo IV ao presente Programa de Procedimento e do qual faz parte integrante;
 - b) Documento comprovativo de que não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoa singular, ou, no caso de se tratar de pessoa coletiva, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da mesma e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - c) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - e) Documento comprovativo da sua não condenação por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoa singular, ou, no caso de se tratar de pessoa coletiva, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
 - e.1) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - e.2) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho, de 26 de Maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - e.3) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - e.4) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
 - f) Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
- 2** - Os documentos a apresentar nos termos das alíneas b) e e), do número um, deste artigo, poderão consistir em certificado de registo criminal ou, na sua falta, de documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, nos termos do artigo 83.º-A, do CCP.
- 3** - Os documentos a apresentar nos termos das alíneas c) e d), do número um, deste artigo, poderão consistir em certificado emitido pela entidade competente.
- 4** - O adjudicatário, no caso de não emissão dos documentos ou certificados exigidos nas alíneas b), c), d), e e), do número um, e números dois e três, todos do presente artigo do procedimento, poderá, em sua substituição, apresentar uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo profissional qualificado.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

5 - Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

6 - Em caso de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, o adjudicatário dispõe, ainda, de um prazo de 5 (cinco) dias para a supressão dessas irregularidades.

7 - No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades deve apresentar os documentos conforme o disposto no artigo 84.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 23.º

Caução

1 - Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA, mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes dos **Anexos V, VI e VII ao Programa do Procedimento (Garantia Bancária, Seguro Caução e Guia de Depósito)**, que dele fazem parte integrante.

2 - O valor da caução será de 10% do preço contratual, se o preço total da proposta adjudicada for considerada anormalmente baixo, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 89.º do CCP.

3 - Simultaneamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para que este, no prazo de 10 dias a contar daquele acto, preste a caução referida no artigo anterior, e comprove essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

4 - A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário.

Artigo 24.º

Causas de Caducidade da Adjudicação

1 - A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:

- a) Não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado no programa do procedimento;
- b) Não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- c) Não apresentar os documentos redigidos em língua portuguesa ou não os apresentar em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 82.º do CCP;
- d) Não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos artigos 88.º a 90.º do CCP, a caução que lhe seja exigida;
- e) Não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

- f) Não confirmar os compromissos, quando seja exigível a sua apresentação.
- 2 - Quando as situações previstas nas alíneas a), b) e c) do número anterior se verificarem por facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar concederá, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação;
- 3 - Nos casos previstos no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 25.º
Causas de Não Adjudicação

- 1- Não há lugar à adjudicação nos seguintes casos:
- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Quando todas as propostas apresentadas tenham sido excluídas;
 - c) Quando por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspectos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d) Por circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem;
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respectivos fundamentos, é notificada a todos os concorrentes, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 79.º do CCP.
- 3 - No caso da alínea c) do n.º 1 do presente artigo, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.
- 4 - Quando o órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1, do presente artigo, a entidade adjudicante deve indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respectivas propostas.

Artigo 26.º
Falsidade de Documentos e de Declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 87.º do CCP.

Artigo 27.º
Redução do contrato a escrito



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

O contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinatura electrónica, nos termos do n.º 1, do artigo 94.º, do CCP.

Artigo 28.º

Aprovação da minuta do contrato

- 1 - A minuta do contrato será aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.
- 2 - A aprovação da minuta do contrato a celebrar tem por objectivo verificar se o seu conteúdo está conforme à decisão de contratar e a todos os documentos que o integram nos termos do disposto nos números 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, sem prejuízo de serem propostos ajustamentos nos termos do disposto no artigo seguinte.
- 3 - Da minuta do contrato devem constar expressamente os termos ou condições da proposta adjudicada excluídos do contrato nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP.

Artigo 29.º

Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar

- 1 - O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objectivamente demonstrável que a respectiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido reflectidos em qualquer das propostas.
- 2 - Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:
 - a) A violação dos parâmetros base fixados no caderno de encargos nem a dos aspectos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
 - b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

Artigo 30.º

Notificação da minuta do contrato

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo anterior.

Artigo 31.º

Aceitação da minuta do contrato



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram - se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respectiva notificação.

Artigo 32.º
Reclamação da minuta do contrato

- 1 - As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos números 2 e 5 do artigo 96.º do CCP ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 2 - No prazo de 10 dias a contar da recepção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- 3 - Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 33.º
Notificação dos ajustamentos ao contrato

Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 34.º
Outorga do contrato

- 1 - A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trintas) dias úteis contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º;
 - d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77 do CCP.
- 2 - O órgão competente para a decisão de contratar comunicará ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a data, a hora e o local em que o ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo 35.º
Despesas e encargos

1. São encargos dos concorrentes, as despesas inerentes à elaboração das propostas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

2. São ainda da responsabilidade do adjudicatário, as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, prestação da caução, bem como os emolumentos que são devidos em processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas nos termos da legislação em vigor.

Artigo 36.º
Impugnações administrativas

As impugnações administrativas dos actos pré-contratuais – decisões administrativas e peças do procedimento – devem ser apresentadas na plataforma eletrónica «Acingov».

Artigo 37.º
Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa será aplicável o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, e demais legislação aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

ANEXOS DO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ANEXO I

MINUTA DA PROPOSTA

..... (indicar: nome, estado, profissão e morada ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Concurso Público internacional para..... a que se refere o anúncio datado de obriga-se a executar os referidos serviços de harmonia com o Caderno de Encargos, nas seguintes condições:

- Preço Total;

À quantia supra, acresce o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação Portuguesa em vigor.

Data

Assinatura



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 – (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)

b)

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional ⁽⁴⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional ⁽⁵⁾] ⁽⁶⁾;

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁷⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁸⁾] ⁽⁹⁾;

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁰⁾;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹¹⁾;

f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto - Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS

DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória⁽¹²⁾;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea *b)* do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho ⁽¹³⁾;

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁴⁾;

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ⁽¹⁵⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁶⁾] ⁽¹⁷⁾:

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem ou falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), ... (data), ... [assinatura ⁽¹⁸⁾].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

ANEXO III
LISTA PREÇOS UNITÁRIOS, PARCIAIS E TOTAIS

Ver o documento disponibilizado em formato Excel na plataforma.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem ou falseie as condições normais de concorrência.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

ANEXO V

Modelo de garantia bancária à primeira solicitação

O Banco ..., com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ..., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objecto ... (designação aquisição de serviços), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respectivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações activas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Data.

Assinaturas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

ANEXO VI

Modelo de seguro-caução à primeira solicitação

A Companhia de Seguros ..., com sede em ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de Câmara Municipal de Lisboa e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com ... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objecto ... (designação da aquisição de serviços), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos).

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respectivo contrato.

A Companhia de Seguros não pode opor à Câmara Municipal de Lisboa quaisquer excepções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação.

Data.

Assinaturas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

ANEXO VII

Modelo da guia de depósito

Euros..... €

Vai(nome do adjudicatário), residente (ou com escritório) em na depositar na(sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (por extenso) (em dinheiro ou representada por) como depósito-caução exigido pela sua qualidade de adjudicatário do Concurso Público com publicidade internacional N.º .../.../... para a “.....”, de harmonia com o disposto no Programa de Procedimento e a notificação da adjudicação, ofício n.º datado dede de 20....

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data

Assinatura



DACM

Prop. n.º 555/15

Fls. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

CADERNO DE ENCARGOS



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

ÍNDICE GERAL

II

CADERNO DE ENCARGOS

ANEXOS DO CADERNO DE ENCARGOS

I - MAPA DE QUANTIDADES DE SERVIÇOS

II - PAINEL

III - MODELOS DE FICHAS IDE DE CÂMARAS DE VISITA E
COLETORES

IV - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO PLANO GERAL DE
DRENAGEM DE LISBOA



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

II

CADERNO DE ENCARGOS

**CAPÍTULO I
CLÁUSULAS GERAIS**

Cláusula 1.^a
Objecto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as Cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a «AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS N.º 2/DMPO/DIVPS/DS/2015 - LEVANTAMENTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL DA REDE PÚBLICA DE SANEAMENTO DA CIDADE DE LISBOA», de acordo com as cláusulas que se seguem.

2 - O valor máximo para o presente procedimento é de € **3.473.370,00 (três milhões, quatrocentos e setenta e três mil, trezentos e setenta euros), não incluindo IVA.**

3 - Esta aquisição de serviços compreende as actividades constantes da listagem dos serviços (Anexo I ao Caderno de Encargos) e que constam de serviços de levantamento geográfico e cadastral da rede pública de saneamento, designadamente:

- a) Levantamento topográfico e caracterização de câmaras de visita;
- b) Levantamento e caracterização dos troços de coletores de ligação entre câmaras de visita;
- c) Levantamento e caracterização de ramais de ligação das redes prediais domésticas e pluviais;
- d) Levantamento e caracterização de coletores de ligação de sarjetas, sumidouros e outros órgãos de drenagem superficial;
- e) Levantamento e caracterização de descargas do sistema em linhas de água;
- f) Realização de todos os trabalhos de desmatção e limpeza necessários à consumação dos trabalhos referidos nas alíneas anteriores;

4 - O contrato tem por base a previsão das espécies e das quantidades dos serviços referidos na listagem dos serviços (Anexo I ao Caderno de Encargos).

5 - A presente aquisição de serviços visa o levantamento geográfico e cadastral da rede pública de saneamento, estando a área de realização de serviços circunscrita aos limites do concelho de Lisboa, mais concretamente ao sistema de drenagem pública de águas residuais.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

6 - As quantidades consideradas tiveram por base o relatório gerado pela aplicação SIG. Para tal, considerou-se como valores de referência a totalidade do sistema de drenagem pública de saneamento de Lisboa, sendo as quantidades das áreas para efetuar o levantamento estimadas através de uma relação proporcional. Consequentemente, a listagem de serviços pode admitir uma variação das quantidades por espécie, até ao valor de adjudicação.

Cláusula 2.^a

Contrato

1 - O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo de Garantia

O prazo de garantia dos serviços/ações executados no âmbito da presente aquisição de serviços é de 2 (dois) anos, contado a partir da data da recepção da totalidade dos serviços.

Cláusula 4.^a

Condições Técnicas



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

A natureza e qualidade dos materiais a fornecer bem como o modo de execução dos serviços estão descritas nas Cláusulas Técnicas, constantes do Capítulo II do presente Caderno de Encargos.

SECÇÃO I
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 5.^a

Obrigações principais e acessórias do cocontratante

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:

- a) O cocontratante fica obrigado a prestar serviços de levantamento geográfico e cadastral da rede pública de saneamento, durante o prazo de 36 (trinta e seis) meses.
- b) Os serviços a executar encontram-se definidos quanto à sua espécie e condições técnicas de execução nas «Cláusulas Técnicas Especiais» constantes do Capítulo II do presente Caderno de Encargos.
- c) O cocontratante deverá inteirar-se dos locais de intervenção junto do serviço responsável do Município de Lisboa, do volume e natureza dos serviços a executar, não sendo atendidas quaisquer reclamações baseadas no desconhecimento e na falta de previsão dos mesmos.
- d) O cocontratante obriga-se a executar todos os serviços de harmonia com os regulamentos e normas em vigor no presente Caderno de Encargos, cumprindo todas as instruções dadas pela fiscalização.
- e) O cocontratante executará todos os serviços acessórios que, expressa ou explicitamente sejam exigidos, para atingir o objectivo da presente aquisição de serviços, cumprindo todas as instruções que, para tal fim, lhe sejam dadas pela fiscalização.
- f) O Município de Lisboa reserva-se o direito de executar ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente aquisição de serviços e nos mesmos locais, quaisquer serviços não incluídos no contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.
- g) Os serviços referidos na alínea anterior serão executados em colaboração o serviço representante do Município de Lisboa, de modo a evitar demoras e outros prejuízos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

- h) Quando o cocontratante considere que a normal execução do serviço está a ser impedida ou a sofrer atrasos, em virtude da realização simultânea dos serviços a que se refere a alínea f) da presente Cláusula, deverá apresentar a sua reclamação no prazo de cinco dias a contar da data de ocorrência, a fim de superiormente se tomarem as providências que as circunstâncias imponham.
- i) Sempre que o cocontraente sofra atrasos na execução dos serviços, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deverá, no prazo de oito dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar por escrito, o serviço representante do Município de Lisboa, a fim deste ficar habilitado a tomar as providências que estejam ao seu alcance.
- j) Se os serviços a executar na aquisição de serviços forem susceptíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o cocontraente, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunicará, antes do início dos serviços em causa, esse facto ao representante do Município de Lisboa para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.
- k) Salvo disposição em contrário deste Caderno de Encargos, todos os ~~trabalhos~~ serviços nele referidos correrão por conta do cocontratante, que se considerará, para o efeito, o único responsável.

2 - Da celebração do contrato decorrem ainda para o cocontratante as seguintes obrigações acessórias:

- a) A reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao cocontratante e que resultem da própria natureza da aquisição de serviços, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos serviços, em consequência do modo de execução destes últimos, da actuação do pessoal do fornecedor e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos.
- b) O cocontratante será responsável por todos os danos causados no decorrer da execução dos serviços pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, nomeadamente as infra-estruturas de Empresas Concessionárias de Subsolo existentes na zona da Aquisição de Serviços, e ainda bocas de incêndio, calhas pluviais, tampas de caixas de visita de saneamento, devendo o cocontratante reparar com urgência e, à sua custa, os danos que eventualmente ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao serviço responsável do Município de Lisboa, para que seja registada.
- c) Quaisquer danos resultantes de serviços em curso, acidentes naturais ou actos de vandalismo, aos quais o cocontratante seja alheio, e que por si sejam detectados, deverão ser comunicados ao serviço responsável do Município de Lisboa, devendo fazer prova da sua não responsabilidade.
- d) A reparação de situações que não estejam directamente relacionadas com os tarefas previstas nesta aquisição de serviços, serão integralmente da responsabilidade do Município de Lisboa. A reposição destas situações poderá ser efectuada pelo cocontratante se o Município de Lisboa o exigir e após autorização prévia.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

- e) Em qualquer dos casos, o cocontratante deverá realizar os serviços previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos.
- f) A responsabilidade proveniente de acidentes de serviço pertence exclusivamente ao cocontratante.
- g) Compete ao cocontratante o fornecimento de todos os materiais, equipamento, máquinas, combustíveis, lubrificantes, ferramentas e utensílios necessários à boa execução dos serviços.
- h) Serão da responsabilidade do cocontratante, e por conta deste as instalações para o pessoal (sanitários, balneários e refeitório do pessoal).
- i) O cocontratante fica obrigado a respeitar toda a legislação aplicável em vigor, ou que vier a entrar em vigor, nomeadamente a legislação no âmbito da saúde, higiene e segurança no trabalho.
- j) Deverá todo o pessoal envolvido estar devidamente identificado.
- k) No decurso da execução dos serviços serão produzidos relatórios mensais de evolução com descrição das metodologias, condicionantes e outras informações consideradas relevantes para uma melhor interpretação dos dados. No final será produzido um relatório de síntese.

Cláusula 6.^a

Fases da aquisição dos serviços

Os serviços objecto do contrato compreendem as seguintes fases:

- a) Comunicação pela entidade adjudicante do local a intervir;
- b) Visita ao local e indicação pela entidade adjudicante dos serviços a prestar;
- c) Execução dos serviços com fiscalização semanal pela entidade adjudicante ou sempre que seja necessário;
- d) Relatório onde constem os dados recolhidos nos locais os quais deverão ser registados em formato digital, usando equipamento eletrónico específico no sentido de minimizar o erro originado por cópia, transposição e, ou, erros de interpretação. Os dados relativos à georreferenciação, altimetria e características dos coletores e câmaras de visita serão registados em folhas de cálculo xlsx, Modelo de saneamento por SIG, cujos mapas constam do Anexo VIII.

Cláusula 7.^a

Acompanhamento da execução dos serviços

1 - O cocontratante deverá nomear um representante que será o elemento de diálogo com o serviço responsável do Município de Lisboa relativamente a assuntos técnicos e processuais da aquisição de serviços. Sempre que haja substituição temporária ou definitiva do representante, deve ser dada a identificação do substituto.

2 - De igual modo, o serviço responsável do Município de Lisboa indicará um elemento representante.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

3 - Mensalmente haverá reuniões entre o cocontratante e o serviço responsável do Município de Lisboa, onde serão avaliados os serviços realizados e planeados os que deverão ser realizados no mês seguinte. As reuniões nos locais de execução dos serviços, para acompanhamento destes, entre outras situações, serão semanais.

4 - Estas reuniões nunca poderão ser invocadas como justificativo da não transmissão imediata de qualquer informação ao serviço responsável do Município de Lisboa.

Cláusula 8.^a

Prazo de execução dos serviços

- 1 - O cocontratante obriga-se a executar os serviços, de acordo com os elementos referidos no presente Caderno de Encargos, durante o prazo de 36 (trinta e seis) meses.
- 2 - Não é dado início à prestação dos serviços antes de obtido o visto prévio do Tribunal de Contas nos termos do n.º 4 do artigo 45º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação em vigor.

Cláusula 9.^a

Recepção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

- 1 - No prazo de 30 (trinta) dias a contar da entrega dos elementos referentes aos mapas de medição de serviços, conforme a cláusula 13.^a, o serviço responsável do contraente público procede à respectiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 2 - Na análise a que se refere o número anterior, o cocontratante deve prestar ao serviço responsável do Município de Lisboa toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
- 3 - No caso de a análise a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o serviço responsável do Município de Lisboa deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.
- 4 - No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo serviço responsável do Município de Lisboa, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS

DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

5 - Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respectivo, o serviço responsável do Município de Lisboa procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

6 - Caso a análise do serviço responsável do Município de Lisboa a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detectadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 2 dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pelo serviço responsável do Município de Lisboa.

7 - A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 10.^a

Conformidade e garantia técnica

O cocontratante fica sujeito às exigências legais, obrigações do prestador e prazos respectivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

SECÇÃO II

DEVER DE SIGILO

Cláusula 11.^a

Objecto do dever de sigilo

1 - O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao serviço responsável do Município de Lisboa, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

Cláusula 12.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

SECÇÃO III

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE LISBOA

Cláusula 13.^a

Pagamento dos Serviços

1 - Pela aquisição dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o serviço responsável da MUNICÍPIO DE LISBOA deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, que terá de ser inferior ao preço máximo fixado no presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - A remuneração resulta da aplicação dos preços unitários previstos no contrato para cada espécie de serviço a realizar às quantidades desses serviços realmente executados. O pagamento dos serviços realizados em cada período de trinta (30) dias será efectuado com base na factura apresentada no final desse período, tendo por base os serviços realizados nesse mês, de acordo com os preços unitários do mapa de quantidades de serviços. Não serão concedidos adiantamentos.

3 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Cláusula 14.^a

Condições de pagamento

1 - As facturas deverão ser enviadas para a Direcção Municipal de Finanças, (DMF) - Departamento de Contabilidade (DC), sito no Edifício Central do Município - Campo Grande n.º 25 - 8.º Bloco A, 1749 - 099 LISBOA, com a seguinte indicação:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

Câmara Municipal de Lisboa
DMF/DC (DMPO – DIVPS – DS)
Número de compromisso
Número único do processo (NUP)

2 - Dado que a Câmara Municipal de Lisboa efectua os seus pagamentos por transferência bancária, torna-se necessário que o adjudicatário, que não se encontrem inscritos no Município de Lisboa, efectuem o preenchimento do respectivo formulário, o qual, depois de preenchido, deverá ser remetido à Direcção Municipal de Finanças, (DMF) – Departamento de Contabilidade (DC), sito no Edifício Central do Município – Campo Grande n.º 25 – 8.º Bloco A, 1749 – 099 LISBOA.

3 - As quantias devidas, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no **prazo de 30 (trinta) dias após a recepção das respectivas facturas e referentes a medição de serviços aceites pelo contraente público** (conforme previsto na cláusula 9.^a), as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.

4 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a aceitação dos mapas de medição de serviços respectivos.

5 - Em caso de discordância por parte do serviço responsável do Município de Lisboa, quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

6 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as facturas são pagas através de transferência bancária.

7 - Não há lugar a revisão de preços

8 - Nenhum pagamento pode ser efetuado antes do respectivo contrato ser visado pelo Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor.

SECÇÃO IV
SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 15.^a
Sanções contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o serviço responsável da CML, pode exigir do cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

- a) 2‰ do valor dos serviços em falta, acrescido de IVA, por cada dia de atraso, nos primeiros 10 dias úteis de atraso;
- b) 4‰ do mesmo valor, por cada dia de atraso, nos segundos 10 dias úteis de atraso;
- c) 8‰ (por mil) do mesmo valor nos dias subsequentes aos primeiros 20 dias úteis, por cada dia de atraso, sem, contudo e na sua globalidade, poder vir a exceder 20% do valor total da adjudicação.

2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, o serviço responsável do Município de Lisboa, pode exigir-lhe o pagamento de cláusula penal de até 20% do preço contratual.

3 - Ao valor da cláusula penal prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo da alínea *a)* do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respectiva conclusão tenha determinado a respectiva resolução do contrato.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o serviço responsável do Município de Lisboa, tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.

5 - O serviço responsável do Município de Lisboa pode compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato, com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 - As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o serviço responsável do Município de Lisboa exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.^a
Força maior

1 - Não podem ser impostas sanções ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.^a

Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o serviço responsável do Município de Lisboa pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- Pelo atraso na conclusão dos serviços superior a três meses ou declaração escrita do cocontratante de que o atraso respectivo excederá esse prazo;

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo serviço responsável do Município de Lisboa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

Cláusula 18.^a

Resolução por parte do cocontratante

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

- Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

2 - O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 21.^a.

3 - Nos casos previstos n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao serviço responsável do Município de Lisboa, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

SECÇÃO V
CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 19.^a

Execução da caução

1 - A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, pode ser executada pelo serviço responsável do Município de Lisboa, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2 - A resolução do contrato pelo serviço responsável do Município de Lisboa não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

3 - A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui no cocontratante a obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação do serviço responsável do Município de Lisboa, para esse efeito.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

4 - A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a

Seguros

1 - É da responsabilidade do cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:

- a) Acidentes de trabalho;
- b) Responsabilidade civil contra danos provocados ao Município de Lisboa ou terceiros, tendo como beneficiário o Município de Lisboa;

2 - O serviço responsável do Município de Lisboa, pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o cocontratante fornecê-la no prazo 8 (oito) dias.

SECÇÃO VI
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 21.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

SECÇÃO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 22.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.^a

Comunicações e notificações



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

- 1 - As comunicações entre as partes do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efectuadas por via postal, utilizando carta registada ou carta registada com aviso de recepção, ou por telecópia (ex: fax).
- 2 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 3 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, para o domicílio ou sede contratual desta.
- 4 - As partes devem identificar no contrato as informações de contacto dos respectivos representantes, designadamente o endereço electrónico, o número de telecópia e o endereço postal.

Cláusula 24.^a
Contagem dos prazos

- 1 - Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.
- 2 - À contagem dos prazos aplicar-se-á o disposto no artigo 471.º, do CCP.

Cláusula 25.^a
Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

CAPÍTULO II
CLÁUSULAS TÉCNICAS ESPECIAIS

- CONDIÇÕES ESPECIAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -

Cláusula 26.^a
Considerações Gerais

O presente capítulo diz respeito às Condições Especiais de execução dos serviços de levantamento geográfico e cadastral da rede pública de saneamento da cidade de Lisboa, e faz parte integrante do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 27.^a



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

Natureza dos serviços

- 1 - O cocontratante deverá inteirar-se nos vários locais objeto de intervenção das características do terreno, volume e natureza dos serviços bem como das condicionantes à sua execução, porquanto não serão atendidas quaisquer reclamações baseadas no desconhecimento dos mesmos.
- 2 - Cabe ao cocontratante a realização de todas as tarefas, bem como o fornecimento de todos os bens e equipamentos necessários à prossecução do objeto da prestação de serviços.
- 3 - Deverão ser considerados pelo cocontratante o fornecimento de bens e serviços que, embora não explicitamente descritos neste Caderno de Encargos, sejam necessários ao cumprimento do objeto da prestação.

Cláusula 28^a

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

- 1 - Na realização de ações de inspeção ou outros que impliquem a entrada de pessoal em câmaras de visita, coletores ou outros órgãos da rede deverão ser observadas as disposições, procedimentos e prescrições do Regulamento de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho na Exploração dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais aprovado pela Portaria n.º 762/2002 de 1 de junho, bem como restante legislação de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho aplicável.
- 2 - No Plano de Segurança e Saúde (PSS) a entregar pelo co-contratante, quando solicitado pelo contraente público, deverão estar contempladas as medidas de prevenção dos riscos específicos de ações em Espaços Confinados, com descrição dos procedimentos e identificação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).

Cláusula 29^a

Sinalização e policiamento

- 1 -Será da responsabilidade do Cocontratante a colocação de toda a sinalização de trânsito, policiamento, segurança e informação nas vias ou espaço público em que decorrerem os serviços.
- 2 - A sinalização dos locais execução de serviços objeto do presente caderno de encargos deverá observar a legislação em vigor, designadamente o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 1 de Outubro “Regulamento de Sinalização do Trânsito”, bem como demais disposições exigidas pelo Departamento de Gestão da Mobilidade e Tráfego (DMGT) da Câmara Municipal de Lisboa (CML).



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS

DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

3 - Serão da responsabilidade do cocontratante quaisquer prejuízos, para o Município de Lisboa ou terceiros, decorrentes de uma incorreta ou deficiente sinalização dos locais de intervenção ou do incumprimento das disposições exigidas pela DMGT.

4 - No que respeita ao policiamento, sempre que a Fiscalização o solicite, o cocontratante é obrigado a requisitar o acompanhamento de agentes da Polícia Municipal ou da PSP.

5 - Todos os encargos relativos a policiamento serão suportados pelo cocontratante.

6 - Sempre que a fiscalização o exigir, o cocontratante deverá colocar no local de execução de serviços, e de forma visível, um painel informativo que indique o nome do contrato, o nome do cocontratante e o nome do serviço municipal promotor. O painel deverá ter uma dimensão de 2,00 m por 1,20 m (Anexo VII).

Cláusula 30^a

Confidencialidade

1 - Toda a informação recolhida no decurso da execução dos serviços, bem com aquela que for cedida pela CML/DMPO/DIVPS/DS à Entidade Adjudicatária no âmbito da prestação de serviços é objeto de confidencialidade.

2 - O uso dessa informação está limitado à Entidade Executante e eventuais parceiros, no âmbito dos serviços objeto da presente prestação de serviços.

Em caso de incumprimento da confidencialidade e, ou, uso indevido da informação aplicar-se-á a legislação Portuguesa em vigor.

Cláusula 31^a

CrITÉRIOS a observar na execução dos serviços

1 - No levantamento das câmaras de visita serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

- a) Georreferenciação no sistema nacional de coordenadas geodésicas associadas ao datum 73;
- b) Cota altimétrica da tampa (dispositivo de fecho) e soleira;
- c) Localização no espaço público (via, passeio, jardim, etc.) ou privado;
- d) Características geométricas e materiais do corpo, cobertura e soleira da câmara;
- e) Características geométricas, materiais e informações inscritas no dispositivo de fecho;
- f) Características geométricas e materiais do dispositivo de acesso;
- g) Caracterização quanto ao tipo e função;
- h) Estado de conservação.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS

DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

2 - No levantamento dos coletores serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

- a) Identificação dos nós a montante e a jusante;
- b) Cota altimétrica da soleira no ponto de inserção nos nós a montante e a jusante;
- c) Características geométricas da secção;
- d) Material do coletor;
- e) Caracterização quanto ao tipo e função.
- f) Estado de conservação das paredes do coletor e soleira (inspeção por CCTV).

3 - No levantamento de ramais prediais serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

- a) Identificação do edifício, prédio ou lote;
- b) Cota altimétrica da soleira da caixa final da rede predial quando existente;
- c) Cota altimétrica da soleira no ponto de ligação à rede pública quando se tratar de câmara de visita;
- d) Características geométricas da secção;
- e) Material do ramal;
- f) Caracterização quanto ao tipo e função.

4 - No levantamento de coletores de ligação de sarjetas, sumidouros e outros órgãos de drenagem superficial das vias e espaço público serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

- a) Identificação do órgão de drenagem;
- b) Identificação do nó de ligação na rede pública;
- c) Cota altimétrica da soleira no ponto de ligação à rede pública;
- d) Características geométricas da secção;
- e) Material do coletor;
- f) Caracterização quanto ao tipo e função.

5 - No levantamento descarregadores pluviais de ligação aos colectores pluviais (bypass) serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

- a) Identificação dos nós a montante e a jusante;
- b) Cota altimétrica da soleira no ponto de inserção nos nós a montante e a jusante;
- c) Características geométricas da secção;
- d) Material do colector de ligação;
- e) Caracterização quanto ao tipo e função;
- f) Estado de conservação das paredes do coletor de ligação e respetiva soleira.

6 - No levantamento sarjetas, sumidouros e outros órgãos de drenagem superficial serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

- a) Georreferenciação no sistema nacional de coordenadas geodésicas associadas ao datum 73;
- b) Cota altimétrica;
- c) Caracterização quanto ao tipo;
- d) Estado de conservação.

7 - No levantamento das descargas do sistema em linhas de água serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

- a) Georreferenciação do nó (boca de lobo ou outro) no sistema nacional de coordenadas geodésicas associadas ao datum 73;
- b) Cota altimétrica da soleira e da cobertura ou da tampa (dispositivo de fecho) quando existente;
- c) Características geométricas e materiais do nó (boca de lobo ou outro);
- d) Caracterização quanto ao tipo;
- e) Estado de conservação.

Cláusula 32^a

Modo de execução dos serviços

1 - A georreferenciação dos nós deve ser efetuada no sistema nacional de coordenadas geodésicas associadas ao datum 73.

2 - A obtenção de coordenadas geodésicas deve ser efetuada com recurso a GPS, devendo ser garantido um rigor com tolerância de 0,10 metros.

3 - Sempre que, devido à existência de obstáculos ou outras razões de ordem técnica / funcional, as leituras do GPS não apresentem o rigor pretendido, deverá recorrer-se à topografia, Estação Total, para obtenção das coordenadas geodésicas.

Cláusula 33^a

Traçados de coletores e ramais

1 - A informação recolhida, representada em planta, à escala 1:1000 deverá incluir nós (câmaras de visita, sarjetas e sumidouros, bocas de lobo, etc.), traçado dos coletores e de ramais, e demais órgãos da rede. Deverão ainda ser representadas as seguintes informações:

- a) Cota da tampa e soleira das câmaras de visita;
- b) Dimensões, tipo de secção e material dos coletores.

2 - A representação de nós, coletores, ramais e demais órgãos, bem como das suas características, será efetuada com recurso à simbologia e abreviaturas apresentados na Figura n.º 1.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO










SIMBOLOGIA		
TIPO DE SECÇÃO	TIPO DE COLECTORES E OUTROS	
AA (ARCO ABATIDO)	CANEIRO	
CN (CANEIRO)	INTERCEPTOR	
CA (CASCOES)	COLECTOR UNITÁRIO	
CI (CIRCULAR)	COLECTOR PLUVIAL	
OV (OVAL/OVOIDE)	COLECTOR DOMÉSTICO	
RE (RECTÂNGULAR)	CAIXA DE VISITA	
SA (SAIMÉIS)	SUMIDOURO	
MATERIAL DOS COLECTORES	PONTO DE SONDAGEM	
BS (BETÃO SIMPLES)	CAIXA CEGA	
BA (BETÃO ARMADO)		
GR (GRÊS CERÂMICO)		
PVC (POLICLORETO DE VINILO)		
AP (ALVENARIA DE PEDRA)		
AT (ALVENARIA DE TIJOLO)		
AC (AÇO)		
FC (FIBROCIMENTO)		
PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE)		
NC (NÃO CONHECIDO)		

Figura n.º 1 – Legenda de símbolos do cadastro da rede de saneamento de Lisboa

3 - Sempre que subsistam dúvidas quanto ao traçado dos coletores entre câmaras de visita recorrer-se-á à inspeção CCTV. O equipamento de inspeção será complementado com um sistema de emissor recetor para determinação de pontos de alteração sem câmara de visita, nomeadamente mudanças de direção, junção de coletores, inserção de ramais entre outros. Sempre que os coletores ou ramais a inspecionar necessitem de limpeza, a mesma deverá ser solicitada à CML/DMPO/DIVPS/DS com uma antecedência mínima de três dias.

Cláusula 34^a
Altimetria



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS

DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

- 1 - A obtenção das cotas altimétricas dos nós, em valores absolutos, pode ser efetuada com recurso a GPS, devendo ser garantido um rigor com tolerância de 0,03 metros.
- 2 - Sempre que, devido à existência de obstáculos ou outras razões de ordem técnica / funcional, as leituras do GPS não apresentem o rigor pretendido, deverá recorrer-se à topografia (estação total) para obtenção das cotas altimétricas dos nós.
- 3 - Os valores das cotas altimétricas da soleira de coletores e ramais no ponto de inserção nos nós (câmaras de visita), será referenciado à cota do nó respetivo, devendo ser garantido um rigor com tolerância de 0,05 metros.

Cláusula 35^a

Características geométricas, materiais e estado de conservação

- 1 - As características geométricas e estado de conservação das câmaras de visita deverão ser obtidos com recurso a entrada, inspeção e medição. As informações relativas aos materiais serão obtidas por observação in loco, devendo, em caso de dúvida, ser efetuadas pequenas sondagens desde que não comprometam a respetiva estrutura.
- 2 - As características de sarjetas, sumidouros e demais órgãos de drenagem superficial serão obtidos por observação e medição in loco.
- 3 - No levantamento das bocas de lobo observar-se-ão as regras das câmaras de visita sempre que a dimensão o justifique, aplicando-se a observação in loco nos restantes casos.
- 4 - As características geométricas, materiais e estado de conservação de coletores e ramais serão obtidos por inspeção visual através das câmaras de visita a montante e jusante dos troços, recorrendo-se, sempre que justificável, à inspeção CCTV observando os critérios definidos na norma prEN 13508-2:1999.
- 5 - A informação relativa às características e estado de conservação de câmaras de visita, coletores e restantes órgãos da rede será complementada com fotografia em formato digital a obter no âmbito dos serviços de levantamento, bem como vídeos das inspeções CCTV que vierem a ser efetuadas.

Cláusula 36^a

Formato e apresentação dos dados



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS

DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

1 - No ato dos levantamentos, os dados recolhidos no local deverão ser registados em formato digital, usando equipamento eletrónico específico no sentido de minimizar o erro originado por cópia, transposição e, ou, erros de interpretação.

2 - Os dados relativos à georreferenciação, altimetria e características dos coletores e câmaras de visita serão registados em folhas de cálculo xlsx, Modelo de saneamento por SIG, cujos mapas constam do Anexo V.

3 - O cocontratante entregará à CML/DMPO/DIVPS/DS os seguinte elementos:

- a) Relatórios de evolução dos trabalhos em formato digital (doc ou pdf) e papel (2 cópias);
- b) Relatório síntese em formato digital (doc ou pdf) e papel (2 cópias);
- c) Plantas em formato digital (dwg) e em papel (2 cópias) à escala 1:1000, com representação da rede de coletores, incluindo ramais e todos os órgãos acessórios da rede;
- d) Folhas de cálculo em formato digital (xlsx) e em papel (2 cópias), com dados dos coletores e restantes órgãos acessórios da rede;
- e) Fotografias dos levantamentos da rede em formato digital (jpg);
- f) Relatórios da inspeções CCTV em formato digital (pdf) e em papel (2 cópias), e vídeos em formato digital (mpg).

4 - A CML/DMPO/DIVPS/DS disponibilizará ao cocontratante informação de base para a realização dos serviços. A informação será sempre disponibilizada em suporte digital e nos formatos a decidir pela MUNICÍPIO DE LISBOA/DS em função do objetivo e âmbito de aplicação.

5 - Estará disponível para consulta e, ou, cedência a seguinte informação:

- a) Cadastro digital da rede pública de saneamento na área de intervenção;
- b) Cartografia digital da área de intervenção;
- c) Ortofotomapas da área de intervenção.

6 - A informação referida em 5 estará disponível a partir da assinatura do contrato.

7 - O cocontratante poderá solicitar o acesso a outra informação relevante para a execução dos serviços desde que esteja disponível nos arquivos da CML/DMPO/DIVPS/DS.

8 - O acesso a informação existente no Arquivo Municipal de Lisboa, como volumes de entre outros, poderão ser facultados respeitando os procedimentos e prazos praticados por aquele arquivo.

7 - Eventuais atrasos no acesso à informação não serão aceites como justificação válida para prorrogação do prazo de execução dos serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

Cláusula 37ª

Constituição das Equipas

1 - O cocontratante deverá colocar à disposição do Município quatro equipas (no mínimo) que funcionarão de forma independente e autónoma. Cada equipa deverá ser constituída pelo número de trabalhadores necessários para a execução dos serviços.

2 - Todos os trabalhadores que prestem serviço no âmbito do presente contrato deverão possuir equipamento de protecção individual de acordo com a legislação e normas em vigor.

Cláusula 38ª

Zonas prioritárias - PGDL

No âmbito do Plano Geral de Drenagem de Lisboa (2016-2030), indicam-se de seguida as zonas que serão prioritárias na presente aquisição de serviços (ver anexo IV), independentemente de outros locais ou áreas que venham a ser indicados pelo Município de Lisboa:

- Nas zonas de montante e de descarga dos túneis previstos no Plano Geral de Drenagem de Lisboa, nomeadamente em Santa Apolónia (zona final do túnel Campolide - Stª Apolónia) e no Beato (túnel Chelas - Beato);
- Noutros locais associados à construção dos túneis - na R. de Santa Marta, R. das Pretas e Av. da Liberdade;
- Na zona baixa de Alcântara (margem esquerda e direita);
- Nas zonas onde se prevê que possam vir a haver intervenções (Martim Moniz - na zona do Hotel Mundial; R. de S. José e R. das Portas de Santo Antão);
- Na zona baixa de Sete Rios;
- No Campo Grande, incluindo todo o túnel da Av. Estados Unidos da América;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

- Na Av. Infante D. Henrique, R. Zófimo Pedroso, R. Amorim, Rua Beato e R. Vale Formoso, Av. Berlim, Av. Alfredo Bensaúde;
- Na Via Reciproca, Av. Indico e R. Bojador;
- Na Calçada de Carriche;
- Em todas as zonas a intervir no âmbito do programa “Uma Praça em cada Bairro”;
- Nos principais coletores que se julga carecerem de intervenções de reforço e reabilitação:

Bacia	Localização
C	Calçada da Ajuda
D	Calçada da Boa-Hora Calçada da Boa-Hora/Rua Artur Lamas Travessa da Guarda Sob o Instituto Naval e de Guerra Sob a Cordoaria Nacional Sob o Instituto Naval e de Guerra Sob o centro de congressos
E	Estrada das Laranjeiras Av. de Berna (Entrecampos) R. D. Maria Pia R. Triste Feia Av. de Ceuta R. da Cruz R. José dias Coelho R. Luís de Camões
F	Avenida da Brasília
G	R.S. João da Mata Calçada Ribeira Santos Escadinhas da Praia
H	R. das Amoreiras R. de S. Bento
I	R. de S. Paulo, Av. 24 de Julho, Travessa dos Remolares
L	Calçada de Arroios
M1	Alfândega de Lisboa
K	Coletores pombalinos



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

Bacia	Localização
M2	Rua Vale de Sto. António
O	Av. do Brasil Aeroporto - 2ª Circular Av. Santo Condestável Saída do túnel APL Av. Gago Coutinho Alameda Linhas de Torres Campo Grande - Cidade Universitária Campo Grande Xabregas - Largo Marques de Nisa
P	Rua Zófimo Pedroso (DT) R. Vale Formoso de Baixo Rua Zófimo Pedroso R. Fernando Palha - R. Amorim Rua Beato Av. Infante D. Henrique - Rio Tejo R. Zófimo Pedroso - R. Amorim Rua Amorim - Rio Tejo Rua Fernando Palha
R	Sta. Apolónia-Xabregas Xabregas Xabregas-Beato R. Cintura do Porto de Lisboa R. Bica do Sapato Av. Infante D. Henrique Porto de Lisboa (APL) R. Cintura do Porto de Lisboa
Q	Av. Dr. Alfredo Bensaúde Av. Berlim Rua Centieira Av. Inf. D. Henrique Av Reciproca Av. Inf. D. Henrique Av Reciproca Rua Bojador Av. Indico
S	Rua Pedro Álvares Cabral Cç. Carriche (ligação do DT ao doméstico) Est. Desvio - Cç Carriche Est. Lumiar- Azinhaga do Porto Azinhaga do Porto - R. André Gouveia



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

- Nos principais locais em que se prevê intervenções de separação e controlo de caudais, ainda não mencionados anteriormente:

Bacia	Localização
C	R. da Junqueira
D	R. Pinto Ferreira
E	Largo das Fontainhas - d16 R. Rodrigues Faria - 17 Cruzamento R. da Cascalheira/R. da Cruz - 19a R. do Alvito - 19b R. de Alcântara - 19c
G	Calçada Ribeiro Santos
H	Av. Dom Carlos I
I	Rua das Flores
M2	Cç Barbadinhos R. Cruz de Sta. Apolónia
N	Av. Mouzinho de Albuquerque
O	Camara de controlo de caudal Alta de Lisboa Dt1 - Descarregador de Tempestade de Broma Dt2 - Descarregador de Tempestade do Quartel Dt3 - Descarregador de Tempestade da Picheleira Dt4 - Descarregador de Tempestade da Rua de Cima A Chelas Dt6 - Descarregador de Tempestade Cvd1 Etar Dt9 - Descarregador de Tempestade da Rua Gualdim Pais Calçada do Grilo x Calçada Dom Gastão (reabilitar) CC. Cruz da Pedra (reabilitar) CC. Lajes (reabilitar)
P	Rua Grilo Rua Amigos de Lisboa R. José Domingos Barreiros Rua Açúcar Rua Pereira Henriques R. Vale Formoso de Cima Rua Dois da Matinha
Q	Av. Ulisses (P. Nações) Av. D. João II (P. Nações) R. Zambeze (P. Nações) R. Argonautas (P. Nações)
T	Carnide



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

CLASSE
DEP. 1555/15
15

ANEXOS DO CADERNO DE ENCARGOS

ANEXO I

MAPA DE QUANTIDADES DE SERVIÇOS

ANEXO I

Aquisição de Serviços N.º 2/DMPO/DIVPS/DS/15
LEVANTAMENTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL DA REDE PÚBLICA DE SANEAMENTO DA CIDADE DE LISBOA

Mapa de quantidades

Artigo	Designação	Unid.	Quantidades
01	Levantamento de câmaras de visita com registo de informação em folha de cálculo e implantação na cartografia a fornecer pela CML/DS.		
01.01	Levantamento topografico de câmaras de visita incluindo georeferenciação e altimetria.	un	60.347
01.02	Inspeção, levantamento e caracterização de câmaras de visita incluindo ligações de coletores e ramais.	un	60.347
02	Levantamento de sarjetas e sumidouros com registo de informação em folha de cálculo e implantação na cartografia a fornecer pela CML/DS.		
02.01	Levantamento topografico de Sarjetas e sumidouros incluindo georeferenciação e altimetria.	un	77.810
02.02	Inspeção, levantamento e caracterização de sarjetas e sumidouros.	un	77.810
03	Levantamento de coletores e ramais com registo de informação em folha de cálculo e implantação na cartografia a fornecer pela CML/DS.		
03.01	Levantamento e caracterização de coletores incluindo cotas altimétricas dos extremos a montante e jusante.	un	60.347
03.02	Levantamento e caracterização de ramais incluindo cotas altimétricas do extremo a jusante.	un	338.430
03.03	Inspeção CCTV (vídeo) de coletores e ramais de ligação incluindo fornecimento de relatório e DVD vídeo.	hora	5060



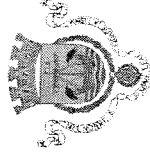
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

SSS 2015

ANEXO II

PAINEL

**PAINEL DE 2,00 X 1,20 METROS
EM RIPAS DE ALUMÍNIO DE 0,175 METROS DE ALTURA**



Câmara Municipal de Lisboa

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PROJECTOS E OBRAS

DEPARTAMENTO DE DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (DESIGNAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS)

PREÇO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:

PRAZO DE EXECUÇÃO:

PRESTADOR DE SERVIÇOS (NOME DA FIRMA)

CML - Rua Projectada à Calçada da Quintinha, lotes B1 a B8 Cv 1070-000 LISBOA

Tel. 218171600

DUE X0 II



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

SSS 2015

ANEXO III

MODELOS DE FICHAS IDE DE CÂMARAS DE VISITA E COLETORES

ANEXO III

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direcção Municipal de Projectos e Obras
Departamento de Conservação e Manutenção de Infraestruturas e Via Pública
Divisão de Saneamento

FICHA IDE - CÂMARAS DE VISITA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28		
IPID (não alterar)	Código Patrimonial (máx. 20 caracteres)	Coordenada a M (DT3 - 3 casas decimais)	Coordenada a P (DT3 - 3 casas decimais)	Ano	Tipo de rede	(não alterar)	Método de Injecção de Colector	(não alterar)	Cota do terreno	[m]	Cota da tampa	[m]	Profundidade à Solaina (SP)	[m]	Dimensão do corpo	Dimensão 1	[mm]	Dimensão 2	[mm]	Tipo de acesso	(não alterar)	Forma da tampa	(não alterar)	Frangibilidade	(não alterar)	Anuário	(não alterar)	Localização	Observações (máx. 255 caracteres)
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0	---	0	---	0	---	0		
					---	0	---	0					---	0	---	0				---	0</								

Secretaria Municipal de Projetos e Obras
Departamento de Conservação e Manutenção de Infraestruturas e Via Pública
Divisão de Saneamento

FICHA IDE - COLECTORES

6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Nº da câmara a montante	Nº da câmara a jusante	Nº do coletor	Ano	Tipo de rede	Material	7	8	9	10	Dimensão da seção	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
(ref. Câmara)	(ref. Câmara)	(ref. Câmara)	(AAAA)	(Lista)	(Lista)	(Lista)	(não alterar)	(Lista)	(não alterar)	(não alterar)	(não alterar)	(mm)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(Lista)	(Não alterar)	(Lista)	(não alterar)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)



DUEXO III

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS

DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E VIA PÚBLICA

DIVISÃO DE SANEAMENTO

Aquisição de Serviços N.º 2/DMPO/DIVPS/DS/15**LEVANTAMENTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL DA REDE PÚBLICA DE SANEAMENTO DA CIDADE DE LISBOA****Lista de preços**

Artigo	Designação	Unid.	Quantidades	Preço Unitário	Valores totais
01	Levantamento de câmaras de visita com registo de informação em folha de cálculo e implantação na cartografia a fornecer pela CML/DS.				
01.01	Levantamento topografico de câmaras de visita incluindo georeferenciação e altimetria.	un	60.347		
01.02	Inspeção, levantamento e caracterização de câmaras de visita incluindo ligações de coletores e ramais.	un	60.347		
02	Levantamento de sarjetas e sumidouros com registo de informação em folha de cálculo e implantação na cartografia a fornecer pela CML/DS.				
02.01	Levantamento topografico de sarjetas e sumidouros incluindo georeferenciação e altimetria.	un	77.810		
02.02	Inspeção, levantamento e caracterização de Sarjetas e sumidouros.	un	77.810		
03	Levantamento de coletores e ramais com registo de informação em folha de cálculo e implantação na cartografia a fornecer pela CML/DS.				
03.01	Levantamento e caracterização de coletores incluindo cotas altimétricas dos extremos a montante e jusante.	un	60.347		
03.02	Levantamento e caracterização de ramais incluindo cotas altimétricas do extremo a jusante.	un	338.430		
03.03	Inspeção CCTV (vídeo) de coletores e ramais de ligação incluindo fornecimento de relatório e DVD vídeo.	hora	5060		
	Valor total				- €



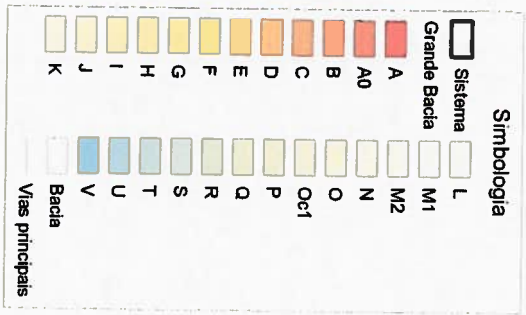
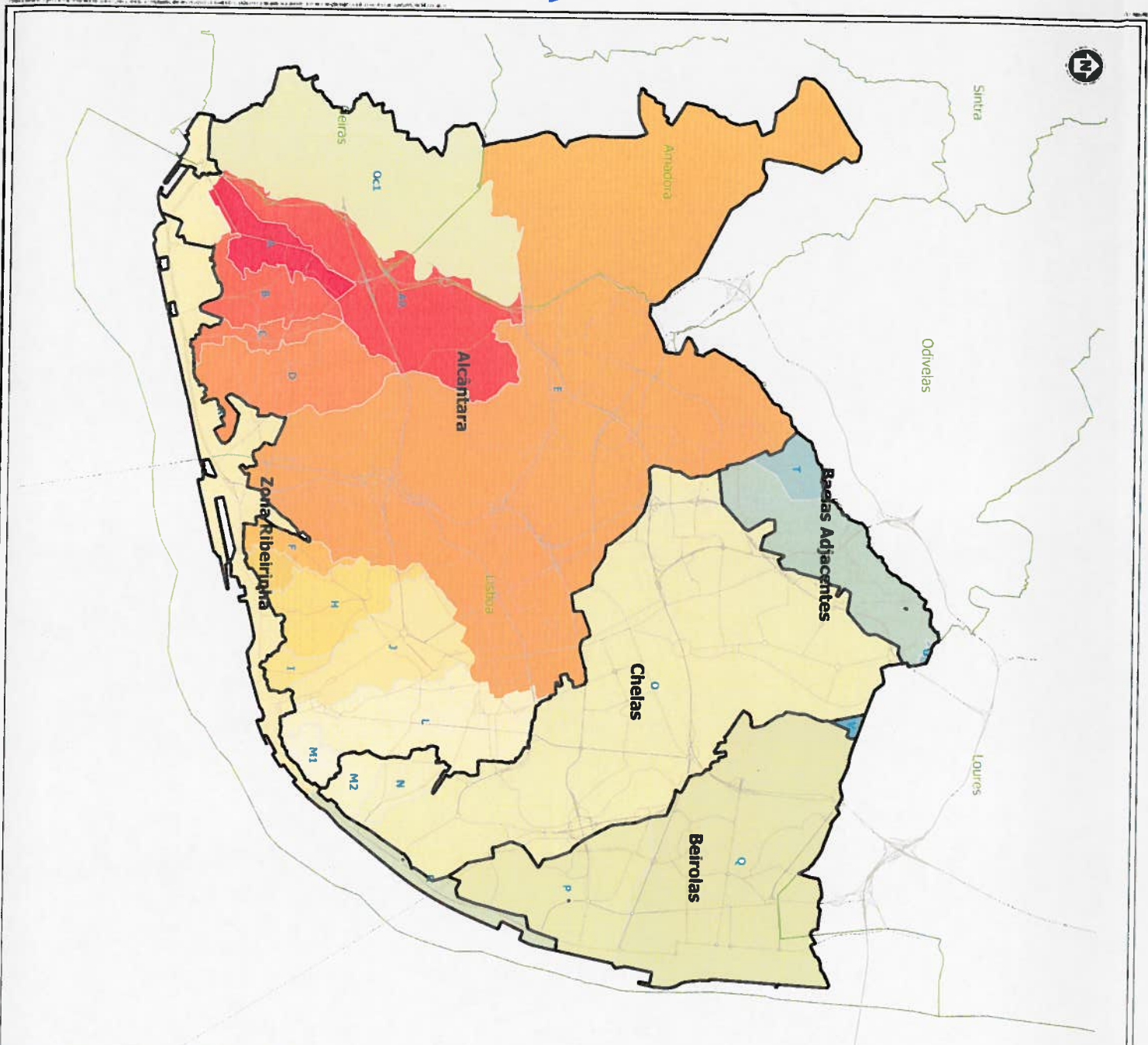
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO
DIVISÃO DE SANEAMENTO

DACM
Prop. n.º 555/2015
Fls.

ANEXO IV

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE
LISBOA

ANEXO IV



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA 2016-2030

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PROJETO	FEELIXSO	ESTRUTURA	2016
DESENVOLVIDOR	PRINCE	REVISÃO	2016
APROVADO	2016	DATA	2016

LOGOS: LISBOA, ENGIDRO, bluefocus



ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 23 de setembro de 2015, as atas, o voto de repúdio, o voto de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 76 e 77 das reuniões de Câmara de 08 e 15 de julho de 2015

(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Repúdio n.º 1/2015 (Subscrito pela Câmara)

Aprovar o voto de repúdio pela brutal agressão ao cidadão Vitorino Marques de Almeida, nos termos do voto de repúdio;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 24/2015 (Subscrito pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Vítor Silva Tavares, nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)

Proposta n.º 548/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar o projeto de arquitetura de obras de ampliação a realizar no prédio sito no Largo das Palmeiras nº 9, freguesia de Santo António, que constitui o processo 795/EDI/2014, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

O Sr. Vereador João Pedro Gonçalves Pereira não participou na discussão e na votação da proposta



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 553/2015

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a 3ª Modificação Objetiva do Contrato de Empreitada N.º 3/DMPO/DCME/DPE/2013 – REABILITAÇÃO DA EB1 + JI N.º 44 – MESTRE ARNALDO LOURO DE ALMEIDA - FINANCIAMENTO PIPARU e da correspondente minuta do contrato a celebrar com o contraente privado, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	8PS, 3Ind., 1CDS/PP e 2PCP	---	1PPD/PSD

Proposta n.º 554/2015

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a despesa resultante da indemnização requerida pelo adjudicatário relativa à reposição do equilíbrio financeiro do contrato da empreitada N.º 1/2011/UCT/UITCHBaixa – “OBRA DE REABILITAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DO CONJUNTO EDIFICADO SITO NA RUA NORBERTO ARAÚJO N.ºS 21 A 29”, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	8PS e 3Ind.	---	1PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP

Proposta n.º 555/2015

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a decisão de contratar, sob condição de aprovação da assunção de compromisso plurianual pela Assembleia Municipal de Lisboa, da aquisição de serviços n.º 2/DMPO/DIVPS/DS/2015 – “Levantamento geográfico e cadastral da rede pública de saneamento da Cidade de Lisboa”, com recurso ao concurso público, com publicidade internacional, aprovação das peças procedimentais e nomeação do júri e delegação de competências instrutórias, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *[Signature]* Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 23 de setembro de 2015

O Presidente

[Signature]
Fernando Medina

PROPOSTA N.º 555/2015 - APROVAR A DECISÃO DE CONTRATAR, SOB CONDIÇÃO DE APROVAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS N.º 2/DMPO/DIVPS/DS/2015 – “LEVANTAMENTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL DA REDE PÚBLICA DE SANEAMENTO DA CIDADE DE LISBOA”, COM RECURSO AO CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, APROVAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS E NOMEAÇÃO DO JÚRI E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS INSTRUTÓRIAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Passamos agora ao Ponto 8 da Ordem de Trabalhos, Proposta 555/2015. Sr. Vereador Manuel Salgado.

O Sr. Vereador Manuel Salgado: - Muito obrigado, Sr. Presidente. É só para comunicar à Câmara que esta é uma das primeiras Empreitadas do Plano Geral de Drenagem, que é o levantamento sistemático de toda a Rede, identificação do estado de conversação e georreferenciação. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereadores, podemos votar? Quem vota contra? Quem se abstém? A Proposta foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente pôs à votação da Proposta 555/2015, a qual foi aprovada por unanimidade.